



Compreendendo o Adolescente

Cadernos de Socioeducação
Secretaria de Estado da Criança e da Juventude



CADERNOS DE SOCIOEDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE – SECJ

Compreendendo o
Adolescente

Curitiba
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessuti

Governador do Estado do Paraná

Ney Amilton Caldas Ferreira

Chefe da Casa Civil

Thelma Alves de Oliveira

Secretária de Estado da Criança e da Juventude

Flávia Eliza Holleben Piana

Diretora Geral da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude

Roberto Bassan Peixoto

Coordenador de Socioeducação

CADERNOS DE SOCIOEDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE – SECJ

Compreendendo o
Adolescente

2ª Edição

Curitiba
2010

SISTEMATIZAÇÃO

Aline Pedrosa Fioravante
Carla Andreia Alves da Silva
Cristiane Garcez Gomes de Sá
Laura Keiko Sakai Okamura
Thelma Alves de Oliveira

COLABORADORES

DIRETORES DE UNIDADES QUE REPRESENTAM SUAS EQUIPES:

Adilson José dos Santos – Umuarama
Alex Sandro da Silva – Fazenda Rio Grande
Amarildo Rodrigues da Silva – Laranjeiras do Sul
Ana Marcília P. Nogueira Pinto – Cascavel
Esther Victoria Cantilon Marqueno Maurutto – Piraquara
Fausto Nunes – Campo Mourão
Glaucia Renno Cordeiro – Ponta Grossa
Júlio Cesar Botelho – Londrina
Lázaro de Almeida Rosa – Piraquara
Luciano Aparecido de Souza – Curitiba
Márcio Schmidt – Londrina
Mariselni Vital Piva – Curitiba
Nilson Domingos – Paranavaí
Rafael C. Brugnerotto – Cascavel
Ricardo José Deves – Toledo
Ricardo Peres da Costa – Maringá
Sandro de Moraes – Pato Branco
Sonia Sueli Alves de Lima – Santo Antonio da Platina
Vandir da Silva Soares – Foz do Iguaçu



Governo do Paraná



CEDCA

1ª. edição 2006

Capa

Caroline Novak Laprea

Ilustrações

Caroline Novak Laprea

Projeto Gráfico / Diagramação / Finalização

Caroline Novak Laprea

Revisão

Patrícia Alves de Novaes Garcia

Sônia Virmond

Organização

Cristiane Garcez Gomes de Sá

2ª. edição 2010

Capa

Tiago Vidal Ferrari

Ilustrações

Caroline Novak Laprea

Tiago Vidal Ferrari

Projeto Gráfico / Diagramação / Finalização

Gennaro Vela Neto

Tiago Vidal Ferrari

Revisão Ortográfica

Elizangela Brito

Revisão

Deborah Toledo Martins

Roberto Bassan Peixoto

Criação Publicitária e Marketing

Fernanda Morales

Felipe Jamur

Organização da coleção

Deborah Toledo Martins

Roberto Bassan Peixoto

Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
Rua Hermes Fontes, 315 - Batel
80440-070 - Curitiba - PR - 41 3270-1000
www.secj.pr.gov.br

IMPRENSA OFICIAL DO PARANÁ



14 zero 9 Marketing e Comunicação | 41 3085-7111



“Cidadania

Cidadania é dever de povo.

*Só é cidadão quem conquista seu lugar na
perseverante luta do sonho de uma nação.*

É também obrigação:

*A de ajudar a construir a claridão na consciência
das pessoas e de quem merece o poder.*

Cidadania,

força gloriosa que faz um homem ser para

outro homem,

caminho no mesmo chão, luz solidária e canção! ”

Thiago de Mello

A Palavra

Um cenário comum das cidades: meninos perambulando pelas ruas. Antes, apenas nas grandes cidades; agora, em qualquer lugar. Ontem, cheirando cola; hoje, fumando crack. Destruindo seus neurônios e seus destinos. Enfrentando os perigos da vida desprotegida. Aproximando-se de fatos e atos criminosos. Sofrendo a dor do abandono, do fracasso escolar, da exclusão social, da falta de perspectiva. Vivendo riscos de vida, de uma vida de pouco valor, para si e para os outros.

Ontem, vítimas; hoje, autores de violência.

Um cenário que já se tornou habitual. E, de tanto ser repetido, amortece os olhos, endurece corações, gera a indiferença dos acostumados. E, de tanto avolumar-se, continua incomodando os inquietos, indignando os bons e mobilizando os lutadores.

Uma mescla de adrenalina e inferno, a passagem rápida da invisibilidade social para as primeiras páginas do noticiário, do nada para a conquista de um lugar. Um triste lugar, um caminho torto; o “ccc” do crack, da cadeia e da cova.

Assim, grande parte de nossa juventude brasileira, por falta de oportunidade, se perde num caminho quase sem volta. Reverter essa trajetória é o maior desafio da atualidade.

Enquanto houver um garoto necessitando de apoio e de limite, não deve haver descanso.

Com a responsabilidade da família, com a presença do Estado, desenvolvendo políticas públicas conseqüentes, e com o apoio da sociedade, será possível criar um novo tecido social capaz de conter oportunidades de cidadania para os nossos meninos e meninas.

A esperança é um dever cívico para com os nossos filhos e para com os filhos dos outros.

A vontade política e a determinação incansável dos governadores Requião e Pessuti, aliadas ao empenho e dedicação dos servidores da SECJ, compõem o cenário institucional de aposta no capital humano, e sustentam a estruturação da política de atenção ao adolescente em conflito com a lei no Paraná, como um sinal de crença no futuro.

É nosso desejo que esses cadernos sejam capazes de apoiar os trabalhadores da Rede Socioeducativa do Estado do Paraná, alinhando conceitos, instrumentalizando práticas, disseminando conhecimento e mobilizando idéias e pessoas para que, juntos com os nossos garotos, seja traçado um novo caminho.

Com carinho, Thelma

Apresentação

Com satisfação e orgulho apresentamos a reedição do conjunto “Cadernos do IASP”, agora como ***Cadernos de Socioeducação***. A mudança de nome expressa o avanço conceitual e prático do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, que resultou na criação da Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ em substituição ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP. É a primeira secretaria de estado do país a ser implantada especificamente para pensar, executar e articular as políticas públicas do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e as políticas para a Juventude.

Em 2004, o Governo do Estado do Paraná, realizou um diagnóstico sobre a situação do atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade, identificando, dentre os maiores problemas, déficit de vagas; permanência de adolescentes em delegacias públicas; rede física para internação inadequada e centralizada com super-lotação constante; maioria dos trabalhadores com vínculo temporário; desalinhamento metodológico entre as unidades; ação educativa limitada com programação restrita e pouco diversificada e resultados precários.

Tal realidade exigia uma resposta imediata de implementação de uma política pública que fosse capaz de romper estigmas e para-

digmas, concebendo um sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, com as seguintes características: estruturado, organizado, descentralizado e qualificado; articulado com os serviços públicos das políticas sociais básicas; desenvolvido em rede e em consonância com a legislação e normatização vigentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA); gerido a partir de um modelo de gestão democrática, planejada e monitorada permanentemente; e principalmente, centrado na ação sócio-educativa de formação e emancipação humana, capaz de suscitar um novo projeto de vida para os adolescentes.

Este movimento foi sustentado por três eixos fundamentais: a revisão do modelo arquitetônico, a implementação de uma proposta político-pedagógica-institucional e a contratação e qualificação de profissionais. Os avanços dessa política pública vão desde o aumento da oferta de vagas para adolescentes de internação e semiliberdade, passam pelo co-financiamento de programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade até a formação continuada dos profissionais dos Centros de Socioeducação-Censes, dos Programas em Meio Aberto, dos Conselhos Tutelares, dos Núcleos de Práticas Jurídicas entre outros.

O trabalho de planejamento e engajamento dos servidores colocaram o atendimento socioeducativo do Paraná como referência nacional, evidenciada nas constantes visitas de gestores e profissionais de outros Estados e na premiação do projeto arquitetônico para novas unidades, pelo Prêmio Socioeducando, promovido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - ILANUD e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH-PR.

Nesse reordenamento institucional, realizado a partir do plano de ação de 2005-2006, foi possível qualificar a rede existente, além de criar um padrão para as novas unidades a serem implantadas, de acordo com o previsto no SINASE, de forma a constituir um sistema articulado de atenção ao adolescente em conflito com a lei.

A presente reedição dos Cadernos de Socioeducação retoma com maior força seu significado original em estabelecer um padrão referencial de ação educacional a ser alcançado em toda a rede socioeducativa de restrição e privação de liberdade e que pudesse, também, aproximar, do ponto de vista metodológico, os programas em meio aberto, criando, assim, a organicidade necessária a um sistema socioeducativo do Estado.

Nela estão presentes e revisados os 5 Cadernos: *Compreendendo o Adolescente, Práticas de Socioeducação, Gestão de Centros de Socioeducação, Rotinas de Segurança e Gerenciamento de Crises*, acrescidos de quatro novos volumes: *Programa Aprendiz; Semi-liberdade; Internação e Suicídio: Protocolo de Atenção aos Sinais e Informações sobre Drogadição*.

Todos seguem a mesma dinâmica de elaboração. São resultados de um processo de estudo, discussão, reflexão sobre a prática e registro de aprendizado, envolvendo diretores e equipes das unidades, da sede e grupos sistematizadores, com intuito de produzir um material didático-pedagógico a serviço da efetiva garantia de direitos e execução adequada das medidas socioeducativas. Trata-se, portanto, de uma produção coletiva que contou com o empenho e conhecimento dos servidores da SECJ e com a aliança inspiradora da contribuição teórica dos pensadores e educadores referenciais.

Assim esperamos que os Cadernos de Socioeducação continuem cumprindo o papel de subsidiar os processos socioeducativos junto aos adolescentes, produzindo seus resgates sócio-culturais e renovando a esperança de novos projetos de vida e de sociedade.

Como na primeira edição:

Que seu uso possa ser tão rico e proveitoso quanto foi a sua própria produção!

Sumário

1] Definição de Adolescência	18
2] Aspectos Físicos da Adolescência	20
3] Aspectos Sociais da Adolescência.....	23
4] Aspectos Psicológicos da Adolescência	26
4.1 Principal Característica: A Busca de Identidade	26
4.2 Outras Características do Comportamento do Adolescente	28
4.2.1 Flutuações de humor.....	29
4.2.2 Atemporalidade.....	30
4.2.3 Imediaticidade e impulsividade.....	32
4.2.4 O pensamento mágico e a onipotência.....	33
4.2.5 Ambivalência ou manifestações contraditórias de conduta.....	34
4.2.6 Rebeldia e atitude social reivindicatória	35
4.2.7 Emancipação e conflitos familiares	38
5] Fatores de Risco e Fatores de Proteção para a Conduta Infracional.....	41
5.1 A Estrutura Familiar.....	42
5.2 Violência Doméstica	43
5.3 Estilos Parentais.....	44
5.4 Violência no Meio Social	48
5.5 Consumo de Drogas	50
5.6 Pobreza.....	51
5.7 As Dificuldades de Aprendizagem e a Exclusão Escolar	52
5.8 Fatores de Proteção	56
5.9 Algumas Considerações Finais	57
6] Características dos Adolescentes em Cumprimento de	
Medida Socioeducativa.....	59
ANEXO	67
Referência	69

Introdução

Nesse caderno procura-se identificar o sujeito a quem se destina a ação socioeducativa da SECJ. Serão abordados aspectos relacionados à fase da adolescência, conhecimento fundamental para a formação do socioeducador, que deve ter por primeira tarefa conhecer quem é esse adolescente, para então estabelecer com ele uma relação educativa com vistas à construção de uma realidade diferenciada. O tema será dividido nos seguintes tópicos: definição de adolescência, aspectos físicos, sociais e mentais, os fatores críticos e de proteção para a incidência da conduta infracional, os dados estatísticos da população assistida pela SECJ e as características dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Secretaria de Estado da Criança e da Juventude.

1] Definição de Adolescência



Autores e especialistas contemporâneos da hebiatria¹ têm conceituado a adolescência como uma etapa da evolução da vida do homem, caracterizada pela transição da fase da infância para a adultícia. Esse conceito deve ser orientador do trabalho: adolescência não como crise, mas sim como uma importante fase de transição entre duas etapas da vida, na qual o indivíduo moldará a sua identidade, fará suas escolhas e se preparará para o ingresso no mundo adulto. É uma etapa em que o ser humano está deixando de ser criança, sem ainda ser adulto.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a adolescência compreende a faixa etária entre os 10 e 20 anos; o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA restringe essa fase entre os 12 e 18 anos. Grande parte dos estudiosos sobre adolescência afirma que esse período não pode ser considerado hegemônico, ou seja, são identificados períodos/etapas distintas, assim explicitadas:

- ⇒ **Período Inicial (10 a 13 anos): marcado pelo crescimento e pela puberdade;**
- ⇒ **Período Médio (entre 14 a 16 anos): marcado pelo desenvolvimento do intelecto e pela identificação com grupos;**
- ⇒ **Período Final (17 a 20 anos): marcado pela consolidação das idéias e da identidade e pela proximidade e ingresso no mundo adulto.**

¹ Especialidade da medicina que cuida de adolescentes e jovens entre 10-20 anos de idade, surgida na Europa há mais de cem anos.

Embora as etapas estejam definidas pelas faixas etárias, na realidade, são determinadas, também, mais pela experiência do que pela idade, mais pelo comportamento do que pela aparência e mais pelo significado interior do que pela avaliação exterior. Dessa forma, pode-se afirmar que a adolescência é um período de constantes transformações: no corpo, na mente e na vida social, que serão detalhadas a seguir como aspectos físicos, sociais e psicológicos da adolescência.



2] Aspectos Físicos da Adolescência

O conjunto das mudanças corporais ocorridas na adolescência é chamado de PUBERDADE. É importante ressaltar que adolescência e puberdade não podem ser entendidos como sinônimos, pois a puberdade é apenas um dos aspectos dessa fase e refere-se ao processo de desenvolvimento orgânico e corporal.

A puberdade tem seu início entre 9 e 14 anos de idade para os meninos e entre 8 e 13 anos para as meninas. Nessa fase, o adolescente passa por muitas mudanças no corpo, as quais não podem ser controladas por ele. Tais modificações são provocadas por alterações hormonais e podem durar até os 20 anos de idade. O início da puberdade é marcado pelo aparecimento dos caracteres sexuais secundários – broto mamário nas meninas e aumento dos testículos nos meninos – e termina com o completo desenvolvimento físico, parada do crescimento e aquisição da capacidade reprodutiva.

De acordo com a cartilha *Eu, Adolescente de Bem com a Vida* (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2001), as principais transformações físicas/biológicas no período da puberdade são:

- ⇒ *Desenvolvimento da genitália;*
- ⇒ *Aparecimento dos caracteres sexuais secundários;*
- ⇒ *Estirão de crescimento;*

- ***Maior oleosidade na pele, acompanhada do surgimento de espinhas no rosto;***
- ***Alteração na distribuição da gordura corporal;***
- ***Para os meninos: início da produção de espermatozóides e ocorrência da ejaculação;***
- ***Para as meninas: menarca – primeira menstruação; quando a menina passa a ser fértil;***
- ***Estirão de crescimento.***

Com todas essas mudanças e a “explosão” de hormônios no corpo, é comum que os adolescentes sintam-se assustados, angustiados e não saibam como lidar com tais transformações. Por isso, é importante que os adultos tenham a compreensão e a clareza de tais mudanças, para não tratar pequenos eventos como grandes problemas ou recriminar o adolescente por atos e fatos que não dependem do seu controle.

Por exemplo, é comum, devido ao estirão de crescimento, que os adolescentes demorem um tempo para conseguir dominar os novos braços e mãos, pernas e pés maiores, tropeçando com frequência, arrastando tapetes quando passeia pela casa ou derrubando objetos de mesas e armários; os adultos, normalmente, repreendem o adolescente, taxando-o de “desastrado” ou “desajeitado”, constrangendo-o por ter feito algo que não tinha como controlar e não fez de forma intencional ou por falta de atenção.

Outra situação emblemática refere-se ao forte odor exalado pela maioria dos adolescentes no início da puberdade, causado pelas alterações hormonais; nesse caso, é mais aconselhável providenciar um desodorante ou similar e orientá-lo quanto à necessidade dos cuidados com o asseio e a higiene, do que acusá-lo de qualquer coisa que indique que é relapso com o seu corpo.

O mesmo aplica-se para os odores dos pés, o chamado “chulé”. Em todos os casos, a orientação e a compreensão são o melhor caminho. Cada adolescente reage de uma forma às transformações próprias da puberdade: alguns se assustam; outros se revoltam, por elas não ocorrerem no tempo e na forma como gostariam; o corpo nem sempre é como desejam; outros se satisfazem com a idéia do corpo adulto.

Nesse período, é importante que os familiares, amigos e profissionais contribuam para o aumento da auto-estima do adolescente, demonstrando sempre que a beleza, tão desejada e fetichizada atualmente, não está relacionada apenas às características físicas, mas está ligada, principalmente, aos sentimentos e ao caráter das pessoas ou ao que os adolescentes costumam chamar de atitude. É importante sensibilizá-los de que a beleza é um conjunto de elementos que se completam.



3] Aspectos Sociais da Adolescência

Importa ressaltar de início o fato que, diferentemente da puberdade - que é algo universal e nenhum adolescente deixará de passar por ela e sofrer um padrão de alterações físicas/biológicas - as transformações sociais dependem de uma série de fatores e acontecem das mais diversificadas maneiras, influenciadas por uma série de variáveis: culturais, estrutura familiar, condição socioeconômica, fatos vividos e os significados atribuídos a eles, entre outras. Todos esses fatores vão determinar formas distintas de vivenciar a adolescência, pois a construção da identidade é pessoal e social, acontecendo de forma interativa, através de trocas entre o indivíduo e o meio em que está inserido².

Nesse período, o ser humano começa a entender e perceber coisas que ainda não havia notado. Começa a se indagar quanto ao seu papel na sociedade. Concomitante a isso, depara-se com um universo social e cultural que lhe exige mudanças: já não pode mais se comportar como criança; passa a ter responsabilidades e executar papéis, ao mesmo tempo em que não pode fazer muitas coisas por serem restritas ao mundo dos adultos. O “ser adolescente” na sociedade contemporânea exige do indivíduo enfrentar-se com uma série de tarefas e vencê-las não depende apenas da sua vontade naquele momento, mas também das vivências e do meio em que o adolescente esteve e está inserido. Ressalta-se isso, para reafirmar que, no que tange aos aspectos sociais,

² Conforme Lepre (2006).

cada adolescente reagirá de forma diferente a dadas situações, influenciado pela “bagagem” trazida da sua vivência e história.

A principal transformação no aspecto social da vida do adolescente está nas suas relações com a família, com os amigos, com os grupos, com a religião etc. No caso das relações familiares, as mudanças e adaptações acontecem para os dois lados: o adolescente tem que aprender a conhecer de novo sua família e a família tem que aprender a lidar com esse novo sujeito.

O filho adolescente tem que lidar com uma espécie de frustração pela “morte dos pais heróis”. Aqueles pais que, na concepção do filho, eram protetores, disponíveis e menos exigentes, passam a ser agora pais que cobram, exigem, se distanciam e já não oferecem mais aquela atenção protetora, embora ainda apóiem de outras formas.

Ao mesmo tempo em que o adolescente quer “andar com as próprias pernas” e ser independente, quer também aqueles mesmos pais de outrora, pois sentem-se inseguros com as responsabilidades advindas da independência. Os pais, por sua vez, podem se sentir “envelhecidos” ao ver o crescer e o “desabrochar” do filho, ou podem se sentir pouco úteis, dado o progressivo distanciamento entre pais e filhos, inevitável nessa fase.

Ao mesmo tempo em que se distancia da família, o adolescente estabelece novas relações, vinculando-se mais aos amigos e aos grupos de sua geração. Essas novas relações não são somente positivas, mas também, e principalmente, necessárias para o desenvolvimento das habilidades sociais do adolescente e da construção do seu projeto de vida.

- *Em muitos casos comuns na sociedade brasileira, as crianças atingem a adolescência com referências familiares frágeis: não conhecem o pai ou esse abandonou a família; a mãe é ausente e/ou negligente; às vezes foram cuidados por avós, tios ou amigos da família. Nesses casos, as relações sociais tornam-se mais difíceis, pois a idéia de pais heróis da infância está comprometida pela negligência, pelo abandono e pela falta de identidade familiar. Diante de adolescentes com esse histórico de vida, os responsáveis devem estar atentos, pois as relações com grupos podem se tornar perigosas, já que esses adolescentes, para satisfazer sua necessidade de identificação e de pertença e acabam expondo-se a riscos.*

Nesse contexto, é importante que os adultos (familiares, profissionais, etc.) incentivem atividades nas quais os adolescentes possam exercer funções que interfiram na sua realidade social e que lhes proporcionem o sentimento de autonomia, de valorização, e de ser sujeito de sua própria história, construindo, assim, o que é definido como Protagonismo Juvenil³.

³ De acordo com Antonio Carlos Gomes da Costa (2000, p. 176), "Protagonismo Juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes e associações) e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites do seu entorno sócio-comunitário (...). Participar, para o adolescente, é influir, através de palavras e atos, nos acontecimentos que afetam a sua vida e a vida de todos aqueles em relação aos quais ele assumiu uma atitude de não-indiferença, uma atitude de valoração positiva."

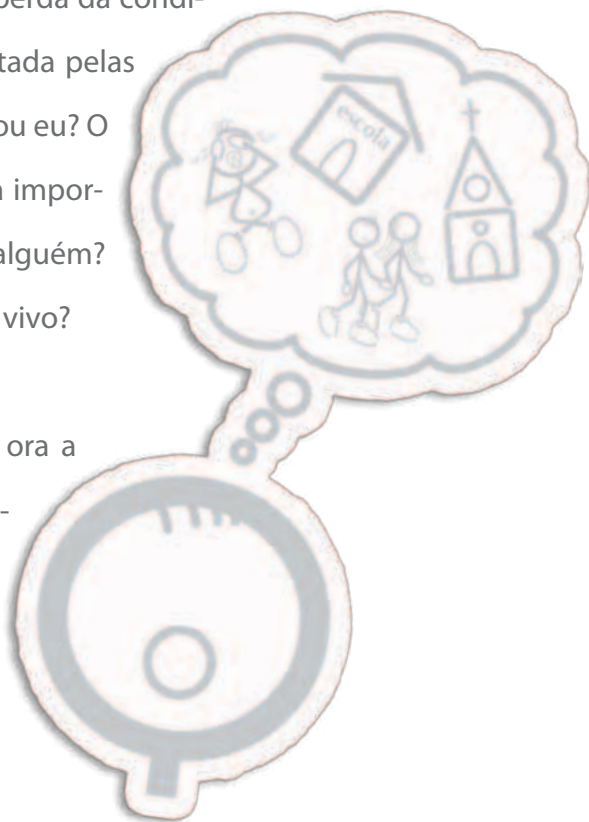
4] Aspectos Psicológicos da Adolescência

4.1 Principal Característica: a Busca de Identidade

Muitos autores, como Érikson (1987), estabelecem que a principal característica da adolescência é a busca de uma nova identidade. Por essa razão os aspectos psicológicos estão sendo apresentados após os aspectos físicos e sociais, já que a reestruturação e a construção da identidade têm íntima, senão total, dependência desses fatores.

Aberastury & Knobel (1984) afirmam que a identidade do adolescente é construída num processo lento e doloroso de luto pela perda da condição de criança e da identidade infantil, retratada pelas indagações quanto a sua identidade: Quem sou eu? O adolescente indaga-se também quanto a sua importância pessoal e social: sou importante para alguém? Minhas atitudes repercutem no meio em que vivo?

Essa crise de identidade leva o adolescente ora a sentir-se adulto e pronto para assumir responsabilidades e ora a sentir-se criança, recusando-se a aceitar que está crescendo. Ora é tratado pelos outros como adulto, ora é tratado como criança.



Nessa perspectiva, Lepre (2006) conclui que a adolescência é marcada pela tomada de consciência de um novo espaço no mundo e pela entrada em uma nova realidade que produz confusão de conceitos e perda de referências e, ainda, pela configuração de uma nova auto-imagem corporal, já que sua aparência também passou por grandes transformações.

Assim, a adolescência é uma época de imaturidade em busca da maturidade, nada é estável e nem definitivo. Reformulam-se os valores adquiridos na infância e assimilam-se novos valores adquiridos nas vivências nos diferentes grupos: amigos, escola, igreja, etc. Diante dessa difícil tarefa de construção da identidade, os adolescentes se deparam com uma grande gama de escolhas que se apresentam diante de seus olhos: religiões, profissões, códigos morais, grupos sociais, opções políticas, além da presença maciça da mídia, que exerce forte influência sobre os adolescentes, disseminando os modismos, apelos ao sexo e a padrões de beleza e comportamento.

O trecho da música composta pelos Titãs, abaixo, representa claramente o sentimento da maioria dos adolescentes ao se ver diante de tantas mudanças em sua vida. Com a desconstrução da identidade e do comportamento infantil, o adolescente parte para uma incessante busca de si mesmo e inicia a construção da sua identidade adulta, através de uma grande diversidade de experiências, relacionamentos e comportamentos. Nessa busca, ainda que variem de acordo com o meio em que estão inseridos, apresentam comportamentos e pensamentos típicos de sua condição de pessoa em desenvolvimento, os quais precisam ser entendidos com clareza.

“Eu não caibo mais nas roupas que eu cabia, eu não encho mais a casa de alegria. Os anos se passaram enquanto eu dormia.

*E quem eu queria bem, me esquecia.
Eu não tenho mais a cara que eu tinha,
no espelho, essa cara não é minha.
Mas é que quando eu me toquei achei tão estranho:
A minha barba tava desse tamanho.
Será que eu falei o que ninguém ouvia?
Será que eu escutei o que ninguém dizia?
Não vou me adaptar, não vou me adaptar..."*

(Titãs – Não vou me adaptar)

4.2 Outras Características do Comportamento do Adolescente

De acordo com Farias (2006), é necessário ter clareza para interpretar o comportamento do adolescente porque o estereótipo cunhado sobre ele, baseado nos problemas e nos aspectos paradoxais do seu comportamento, que incomodam a sociedade em geral e aos pais em particular, nem sempre corresponde à realidade. Segundo o autor, a cultura leiga produziu uma crença de que a adolescência é por si só uma crise, uma espécie de síndrome, na qual o "normal é ser anormal". Essa visão estereotipada, cristalizada na nossa sociedade, pode levar à supervalorização de problemas que nem sempre são importantes, como a rebeldia, horários, vestimentas, etc., e à minimização de outros que podem ser importantes indicativos da existência de uma patologia. Dessa forma, é necessário que se conheça os mais comuns dentre os comportamentos manifestados pelos adolescentes, para que se evitem as armadilhas produzidas por tais estereótipos. Entre esses, estão incluídos:

⇒ ***as flutuações de humor;***

⇒ ***a atemporalidade;***

- *a imediatividade e a impulsividade;*
- *o pensamento mágico e a onipotência;*
- *a ambivalência ou as manifestações contraditórias de conduta;*
- *a rebeldia e a atitude social reivindicatória;*
- *a emancipação e os conflitos familiares.*

4.2.1 Flutuações de humor

Pelo fato de encontrar-se numa etapa de formação da sua identidade, de busca de novos valores e ideais, quase nada nos adolescentes é estável e definitivo, principalmente o seu humor. Eles conseguem chorar, rir, se alegrar e se entristecer concomitantemente; às vezes, não conseguem saber o que sentem, pois além dos estados de confusão sentimental, experimentam todos os dias novos sentimentos e sensações com os quais terão que aprender a lidar.

De acordo com Minelli (2006), o movimento oscilante entre estados de ânimo contraditórios repercute em todas as experiências afetivas do adolescente. Podem ocorrer mudanças repentinas de um sentimento para outro totalmente oposto, tais como da euforia para a melancolia, do egoísmo para o altruísmo, da presunção para a timidez, da audácia para o temor, da piedade para a crueldade, da arrogância para a vergonha.

Além disso, os sentimentos se manifestam com maior intensidade nessa etapa da vida. O amor é platônico ou arrebatador e irresistível: o enamorado ou a enamorada invade todo o coração e toma por completo a vida do jovem e sua ausência é uma



tragédia que perturba o sono, acaba com o apetite, afeta o rendimento na escola e pode até acarretar doenças físicas. Se acontecer uma briga, o amor transforma-se em ódio e em rancor tão intensos como o sentimento positivo. Quando o altruísmo e a solidariedade atingem o coração do jovem, ele é capaz de chegar ao mais heróico dos sacrifícios, mas quando reage com raiva, essa também pode ser violenta e indomável. Finalmente, e como consequência da comoção própria da sua idade, os adolescentes têm maneiras de reagir que não guardam proporção com o estímulo que os provoca. Assim se explicam muitas situações discordantes, como aquelas em que uma piada bem intencionada provoca uma cena de raiva incontrolável ou uma pequena repreensão pode originar muitas lágrimas.

Essas intensas reações emocionais são típicas da adolescência, entretanto, é importante ficar atento às manifestações de tristeza. Sentir tristeza, muitas vezes sem motivação direta e clara, é comum nessa fase. Porém, segundo os médicos hebiatras⁴, se essa tristeza persistir por mais de quinze dias e interferir na rotina diária e nas relações sociais do adolescente, deve-se buscar orientação com um profissional especialista nos serviços de saúde, pois esse adolescente pode estar sofrendo de algum transtorno depressivo. Diante de um quadro depressivo, é importante ter em mente que a depressão é um dos fatores que expõem o jovem ao risco de suicídio e de envolvimento com substâncias psicoativas.

4.2.2 Atemporalidade

O tempo, na adolescência, é sentido e vivenciado de forma diferente do mundo adulto, dada a despreocupação ou desconexão do adolescente com o tempo real. A esse respeito Knobel afirma que:

⁴ Conforme Protocolo de Saúde do Adolescente (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2002)

"(...) Desde o ponto de vista da conduta observável é possível dizer que o adolescente vive com uma certa desconexão temporal: converte o tempo presente e ativo como uma maneira de manejá-lo. No tocante à sua expressão de conduta o adolescente parece viver em processo primário com respeito ao temporal. As urgências são enormes e, as vezes, as postergações são aparentemente irracionais." (KNOBEL, appud, OUTEIRAL: 2001, p. 98).

Essa forma primária de vivenciar o tempo, citada por Knobel, refere-se ao fato de o adolescente moldar o tempo em função das suas demandas internas e inconscientes, do tempo interno necessário para elaborar seus desejos, sentimentos e conclusões. Esse tempo necessário se altera à medida em que o adolescente atinge a maturidade, adequando o seu tempo existencial ao tempo conceitual do mundo adulto. Nesse sentido, Knobel continua:

"O transcorrer do tempo vai se fazendo mais objetivo (conceitual), sendo adquiridas noções de lapsos cronologicamente orientados. Por isso, creio que se poderia falar de um tempo existencial, que seria um tempo em si, um tempo vivencial ou experiencial e de um tempo conceitual." (KNOBEL, appud, OUTEIRAL: 2001, p. 99). De acordo com Outeiral (2001), a disparidade entre a noção de tempo entre os adolescentes e os adultos torna-se ainda mais acirrada diante da dinâmica da sociedade pós-moderna em que se vive. O autor afirma que "o tempo dos adolescentes hoje é muito mais acelerado que o dos adultos: refiro-me ao tempo interno, tempo de elaboração das experiências (...) eles são fast kids (crianças "aceleradas")." (Outeiral: 2001, p. 98).

Desta forma, ao conviver com os adolescentes, os adultos precisam ter clareza e sensibilidade quanto à atemporalidade típica do pensamento adolescente, para não desconsiderar situações como a citada no exemplo, lembrando que o tempo do adolescente é ele quem faz, a partir das suas questões e necessidades internas. Assim, como afirma Outeiral (2001), o desafio dos adultos que convivem com os “fast kids” (crianças “aceleradas”) é conseguir ser “fast parents” (pais “acelerados”), ou seja, cuidadores que compreendam e respeitem o tempo ou falta dele para o adolescente, bem como consigam auxiliar e orientar o jovem quando esse não consegue administrar o seu tempo interno.



4.2.3 Imediaticidade e impulsividade

Conforme abordado no item anterior, o adolescente tem uma vivência singular do tempo. Essa vivência é caracterizada pela impulsividade e, por vezes, pelo desprendimento de preocupação com as conseqüências futuras dos atos realizados aqui e agora. Comum à adolescência, a impulsividade está ligada à imediaticidade.

A imediaticidade é marcada pelo fato de o adolescente desejar algo e querer que isso ocorra imediatamente, a curto prazo. É comum escutar de familiares, principalmente dos pais, a queixa de que “ele não tem paciência, quer tudo para ontem!” (sic). Nesse período, é importante orientar o adolescente, no sentido de sensibilizá-lo para o fato de que no mundo adulto, nem todas as coisas têm solução rápida e fácil, não sendo possível ter tudo o que se quer de forma imediata.

É importante desenvolver no adolescente o valor de conquistar aquilo que se deseja, dentro do tempo necessário para tal. É comum observar, por exemplo, no cotidiano com adolescentes em conflito com a lei, que alguns jovens, movidos pelo desejo imediato e pela impulsividade, acabam por cometer pequenos e grandes furtos na intenção de obter de forma facilitada aquilo que desejam, variando-se aqui desde o furto de um par de tênis ou um boné até uma moto ou automóvel.



Considerando as duas características anteriores – a “atemporalidade” e a “imediatividade”, é importante observar que o tempo determinado pela medida de privação de liberdade não é igual para o juiz, para o adolescente e para a comunidade educativa. Seis meses pode parecer uma eternidade para o adolescente. Um ano, dois anos, três anos pode representar emocionalmente para ele “metade” da sua vida.

A ansiedade do adolescente presente no período da audiência com o juiz, no recebimento da medida socioeducativa no caso da Internação Provisória ou da resposta do juiz ao relatório da equipe técnica, deve ser observada e compreendida nesse contexto de urgência e impaciência do adolescente, fruto de sua relação com o tempo. A imediatividade e a impulsividade estão intrinsecamente ligadas, também, às características que serão abordadas a seguir.

4.2.4 O pensamento mágico e a onipotência

O pensamento mágico é inerente ao desenvolvimento psicológico do adolescente

e corresponde à idéia preconcebida de que nada de ruim poderá acontecer consigo, independente das ações praticadas. É a predisposição de expor-se ao risco, partindo do pressuposto de que o dano não irá acontecer.

De acordo com Domingues (1997), vivenciar situações de perigo não é só um grande desafio, mas pode ser o determinante da condição de adolescente. Isso porque tais situações abrem a possibilidade de descobrir o novo, de testar os próprios limites e de experimentar emoções inusitadas. Significa, muitas vezes, andar na linha do “limite de sua capacidade”.

O pensamento mágico, quando somado à falta de maturidade, à curiosidade de experimentar o novo e à perspectiva do desafio, pode resultar em um dano: dirigir em alta velocidade, pensando que nada pode acontecer; ter relações sexuais, sem preservativo, acreditando que não poderá adquirir alguma doença sexualmente transmissível ou ocorrer uma gravidez indesejada.

O pensamento mágico traz consigo também a sensação de onipotência e invulnerabilidade, ou seja, a idéia de que “isso nunca vai acontecer comigo”. Dessa forma, acaba se tornando freqüente a preocupação de pais e profissionais que se afligem por ter seus conselhos e orientações ignoradas pelos adolescentes. Nesse sentido, melhor que ministrar conselhos, é o adulto cuidador tornar-se “espelho” através dos seus exemplos e das suas condutas. O adolescente assimila mais os valores transmitidos através da conduta alheia do que aqueles que apenas se mencionam quando são aconselhados.

4.2.5 Ambivalência ou manifestações contraditórias de conduta

A ambivalência, segundo Minelli (2006), é o movimento oscilatório entre duas tendências contraditórias. É talvez um dos sentimentos fundamentais do adolescente,

porque nele convivem, ao mesmo tempo, a criança e o adulto, com todos seus desejos, condutas e inclinações misturadas. É o que faz com que o adolescente queira algo agora e, em seguida, não querer mais. Gostar muito de algo e de um momento a outro não gostar mais. Podemos ver isso com clareza em relação aos gostos musicais, opiniões políticas, etc.

Por ser uma fase de transformações aceleradas e profundas, a adolescência desestabiliza o jovem, que não quer mais gostar das “coisas de criança”, mas não pode ter ainda as coisas dos adultos.

Assim, começa o processo de redefinição de sua própria imagem, já que a imagem da infância perde nitidez e se torna nublada durante um tempo, enquanto se consolida a auto-imagem, as opiniões e os valores do adulto. Esse processo dá lugar a sentimentos contraditórios que oscilam entre o sentimento de incapacidade de fazer o que tem de fazer e, logo em seguida, se considerar o mais importante, inteligente, hábil, valoroso e sábio de todos os habitantes do planeta.

4.2.6 Rebeldia e atitude social reivindicatória

Na adolescência acontecem muitas mudanças cognitivas: o intelecto apresenta maior eficácia, rapidez, elaborações mais complexas, melhor seleção das informações, melhor capacidade de retenção e evocação da memória; o vocabulário aumenta e torna-se mais complexo⁵. O indivíduo começa a entender e perceber coisas que ainda não notava. O espírito crítico e a inconformidade com a realidade tornam-se traços característicos do adolescente, que exercita suas habilidades mentais recentemente adquiridas na análise e questionamento de tudo o que está a seu redor.

⁵ Conforme Balloni (2003).

Conforme já citado, na adolescência ocorre o processo de construção da identidade e da auto-imagem. Ao buscar sua identidade, o adolescente se opõe aos valores estabelecidos e busca a sua autonomia (de idéias, de pensamento, já que ainda permanece dependente dos pais e/ou cuidadores). Nessa oposição, comumente, os primeiros alvos são os familiares, em especial os pais, que têm a sua autoridade contestada pelo filho nesse período, bem como têm os valores questionados que outrora ensinaram. Em seguida, pode-se perceber os questionamentos a instituições como a escola e a igreja/religião.

Vale a pena ressaltar que a rebeldia é uma conduta tão freqüente durante a adolescência que é considerada normal pelos especialistas.

Conforme afirma Minelli (2006), devido ao fato de verem a si mesmos como uma fotografia desfocada, os adolescentes experimentam uma necessidade irresistível de afirmar sua própria identidade.

Porém, como ainda não a tem definida, só podem senti-la por meio da oposição. É como se dissessem: rebelo-me, logo existo!, parafraseando o pensamento de René Descartes. Ao rebelarem-se, a maioria dos jovens está buscando significados para o mundo, inclusive, o seu significado no mundo. Conforme afirma Almeida (2003), muitos adolescentes demonstram condutas rebeldes ou contestatórias por estarem tomados pela surpresa diante de coisas perversas que antes não percebiam ao seu redor.

O autor continua, afirmando que os adultos, sobrecarregados com as pressões da vida cotidiana, convencem-se de que o mundo é da maneira que é, mas os jovens recusam-se a tolerar esse tipo de resignação. Assim, esse seria um constante confli-

to entre os dois grupos: os jovens abominam o status quo, ao passo que a vida dos adultos gira em torno dele.

O mesmo autor afirma, ainda, que os adultos, muitas vezes, classificam os anos da adolescência como um período rebelde que uma pessoa simplesmente deve ultrapassar. Os jovens, enquanto isso, pensam que os adultos esqueceram como apreciar o significado e a emoção da vida. Alguns adultos incorrem no erro de ver a rebeldia como algo que está a um passo do crime. Porém, rebeldia não é crime. O que não se pode permitir é que a rebeldia não tenha um escape saudável, ou seja, não tenha limites.

Dessa forma, cabe ao adulto cuidador deixar claro ao adolescente quais são os limites para essa conduta subversiva: contestação, vestimentas e cabelos diferenciados, músicas com letras contestatórias ou com melodias agressivas, são apenas sinais de uma época, de uma geração, ao passo que a agressividade exacerbada e a ausência de respeito com o outro e com as diversidades são situações que merecem atenção.

- *Para que o adolescente internalize os limites para a sua rebeldia, é necessário que o adulto conquiste a autoridade sobre o mesmo. Observe-se que se trata de AUTORIDADE e não de AUTORITARISMO. A autoridade pode adquirir um espaço importante no conjunto de valores do adolescente, quando construída através da conquista e do respeito. De acordo com Ballone (2003), ao se pretender exercer autoridade sobre o adolescente, deve-se, em primeiro lugar, munir-se da plena responsabilidade sobre sua aceitação ou não. A aceitação da autoridade vai depender da maneira pela qual ela se fez sentir e compreender. Se a autoridade for construída de forma afetiva, com a participação do adolescente, e não se caracterizar pelo autoritarismo, certamente será por ele aceita.*

4.2.7 Emancipação e conflitos familiares

Ao falar de rebeldia, é necessário que também se fale sobre a questão da emancipação do adolescente. Conforme afirma Minelli (2006), nessa fase da vida, experimenta-se uma necessidade irresistível de rebelar-se contra a autoridade e procurar a independência. Por isso, a criança que há pouco tempo recebia sem questionar as repreensões de seus pais, obedecia seus preceitos e desfrutava de sua companhia, transforma-se de repente em um jovem insubordinado e “respondão”, que rechaça suas orientações, infringe suas normas disciplinares e prefere andar só ou com os amigos, a compartilhar com seus pais as atividades familiares. Assim começam os conflitos e as diferenças que tanto perturbam pais e filhos e que não são outra coisa além de um sadio processo de emancipação que está em marcha.

Trata-se, pois, de um processo que compreende dois elementos igualmente importantes e complementares entre si: a emancipação do jovem e a modificação da função dos pais, muito especialmente no que diz respeito ao exercício da autoridade. A emancipação é uma tensão entre duas forças opostas, o controle dos pais e o desejo do filho para libertar-se dele, que se desenvolve gradualmente até que desaparece quando o jovem alcança sua independência e sua autonomia na idade adulta.

Conforme afirma Minelli (2006), esse processo de emancipação do jovem da família não é tão harmonioso como parece, pois se desenvolve em meio a dificuldades mais ou menos graves, segundo as características da família, já que os jovens costumam reclamar mais liberdade do que os pais estão dispostos a conceder. Além disso, uns e outros sentem-se vacilantes ante as decisões que devem tomar e os sentimentos de insegurança provocam reações emocionais que intensificam as crises. O certo é que as situações que se resolviam facilmente na infância são fontes de

conflitos com os adolescentes, porque não é nada fácil harmonizar as aspirações de pais e filhos em relação à condução da autoridade e da independência.

A imagem dos pais e sua influência no comportamento dos filhos também muda, porque a relação vertical, outrora fundada na autoridade, transforma-se gradativamente até converter-se em uma relação de caráter horizontal. O conceito idealizado que o filho tem dos pais nos seus primeiros anos transforma-se gradativamente, até chegar a conhecê-los e aceitá-los como são realmente, com suas capacidades e limitações, qualidades e defeitos. A relação afetiva também se adapta à nova imagem: o amor respeitoso da criança em relação aos seus superiores desaparece para dar lugar a sentimentos diferentes, porém não menos profundos e significativos, de afeto e respeito, baseados no reconhecimento dos seus valores reais e do que eles representam enquanto exemplo de conduta para suas vidas.

Se os pais e cuidadores não forem exemplos positivos para o adolescente, essa redefinição de imagens poderá ser dolorosa, pois os jovens costumam realizá-la de forma brusca e implacável; utilizam sua capacidade crítica e vigiam seus pais e cuidadores com olhar inquiridor, sempre pronto a descobrir seus pontos fracos e a acusá-los sem piedade. Esse espírito crítico, somado à luta para obter uma maior liberdade, dá origem aos conflitos, às desobediências e à rebeldia.

Desta forma, a substituição da imagem dos “pais heróis” pela de “pais humanos”, com qualidades e defeitos, é necessária porque lhes permite estabelecer um novo tipo de relação com os filhos e uma nova maneira de exercer a autoridade. Em outras palavras, a autoridade vertical, definida como atributo para mandar e fazer-se obedecer, desaparece e dá lugar à autoridade moral, baseada na identificação dos

filhos com os valores e virtudes de seus pais e na capacidade que esses têm de influenciá-los por meio do testemunho, do conselho, da opinião e do encorajamento.

O mesmo se pensa sobre o profissional cuidador que, conforme já foi explicitado em item anterior, deve preocupar-se em ser exemplo positivo para o adolescente, exercendo uma autoridade responsável, construída através do afeto e do respeito, através da qual, mesmo diante das atitudes rebeldes, possa se fazer ouvir e orientar o adolescente.



5] Fatores de Risco e Fatores de Proteção para a Conduta Infracional

Segundo Gallo e Williams (2005), os fatores de risco para a conduta infracional de adolescentes em conflito com a lei podem ser divididos em fatores de natureza biológica ou de natureza ambiental, que são determinados por um conjunto de variáveis que se interrelacionam, produzindo diferentes resultados no comportamento humano. Assim, embora certos fatores possam ser relacionados à conduta infracional, nem sempre são determinantes dessa conduta, pois também há que se considerar a influência dos fatores de proteção.

Isso exposto, cabe afirmar que há resultados de pesquisas indicando uma relação entre variáveis fisiológico-biológicas e a ocorrência de comportamentos agressivos. Em termos genéticos, Christiansen e Knussmann (1987) realizaram um estudo pioneiro, comparando a agressividade apresentada por irmãos gêmeos do sexo masculino de uma mesma região na Finlândia. Os autores concluíram que os fatores genéticos contribuíram em 35% na determinação do comportamento agressivo de gêmeos monozigóticos, mas que a contribuição ambiental acaba sendo maior do que a biológica.

Por conseguinte, serão descritos mais detalhadamente os fatores ambientais relacionados por Gallo e Williams (2005), que influenciam no comportamento violento e nas condutas infratoras, em situações, tais como as de vivências de punição e extrema violência;

fatores relacionados à pobreza, ao desemprego e à carência socioeconômica; fatores relacionados aos problemas na família; o uso de álcool e drogas; e as dificuldades na escola.

5.1 A Estrutura Familiar

Segundo Straus (1994), as pesquisas comprovam que os adolescentes com vínculos pouco efetivos com a família têm maior probabilidade de se envolver em infrações do que aqueles com relações familiares estreitas.

Seus estudos mostraram que a falta ou ineficiência na disciplina está associada ao comportamento delituoso, assim como a falta de estrutura e a ausência dos pais. A inadequação de atitudes parentais, como o envolvimento com a criminalidade ou contravenções, o consumo excessivo de álcool e drogas, os maus-tratos e a violência física, psicológica e sexual ou até mesmo a presença de psicopatologias severas, podem comprometer a efetividade das funções parentais.

Pesquisando a realidade brasileira, Gallo e Williams (2004) constataram que 40,7% dos adolescentes em conflito com a lei de uma cidade de porte médio viviam com ambos os pais e 43,1% viviam somente com a mãe. Nas famílias monoparentais e chefiadas pela mãe, foi observado que os fatores de risco têm mais impacto sobre os filhos, pela influência do acréscimo de estresse vivido pela mulher que assume tanto a tarefa de prover financeiramente a família, como a educação dos filhos. Nesse caso, é a dificuldade de prover financeiramente a casa e cuidar dos filhos, aliada a uma rede de apoio ineficaz (ausência de apoio do parceiro, falta de recursos na comunidade como creches, entre outros), que afeta diretamente o estilo parental que é estabelecido.

Os levantamentos estatísticos da SECJ (2009) comprovam a situação descrita por Gallo e Williams ao retratar que a condição domiciliar mais frequente entre adolescentes em conflito com a Lei, internos nas unidades do Paraná, é a de morar com ambos ou com um dos pais, o que corresponde a 51% dos casos, sendo que destes 51,8% moram somente com a mãe.

5.2 Violência Doméstica

Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) realizaram um estudo exploratório sobre a violência doméstica, com alunos de duas escolas de Ensino Médio no Brasil, sendo uma pública e outra particular. Foram entrevistadas 76 famílias, 36 com adolescentes considerados pelos professores como sendo agressivos e 40 com adolescentes considerados não-agressivos.

A punição física grave, freqüente ou ocasional, foi um acontecimento presente em mais da metade da amostra (53,9%). Cerca de um terço dos relatos (37%) ocorreu na escola particular, e praticamente o dobro ocorreu na escola pública (67%), porém episódios graves e freqüentes estiveram presentes em proporções semelhantes em ambas escolas. A relação entre agressividade na adolescência e punição física grave foi estatisticamente significativa. Isso significa que adolescentes agressivos foram mais punidos do que os não-agressivos. A prevalência de abuso físico foi maior nos adolescentes de famílias de baixa renda e nas famílias “rígidas”.

- *Pessoas de qualquer classe social estão sujeitas à violência doméstica, mas as famílias mais favorecidas economicamente têm mais facilidade de esconder seus comportamentos abusivos. Crianças e adolescentes expostos ao abandono, morte ou doença dos pais, ou submetidos à intensa ansiedade gerada*

pelo ambiente das ruas, podem apresentar conduta agressiva em suas relações familiares, escolares e sociais (MENEGHEL; GIUGLIANI; FALCETO, 1998).

Segundo Bandura (1973), presenciar a violência doméstica pode ser entendido como um fator de risco para a conduta infratora. A teoria da aprendizagem social postula que os valores e as condutas agressivas dos adultos e companheiros servem como normas a ser seguidas, que podem ser imitadas pelos filhos. As condutas sociais inaceitáveis podem ser explicadas em razão dos tipos de informações que o indivíduo tem acesso e a importância dada a essas informações. Os adolescentes que não acreditam na possibilidade de obter o que desejam por meio legítimo, talvez utilizem táticas violentas para expressar seu descontentamento ou para obter seus objetivos.

A afirmação de Bandura foi confirmada por Jaffe, Wolfe e Wilson (1990), os quais comprovaram que crianças que assistem a seus pais se agredirem apresentam tolerância limitada à frustração, pouco controle de impulso, raiva internalizada e externalizada. Essas crianças quando chegam à adolescência tendem a usar a agressão como forma predominante de resolução de problemas, podendo também projetar culpa em outras pessoas e exibir um alto grau de ansiedade.

5.3 Estilos Parentais

Continuando na abordagem da influência da família no comportamento dos filhos, Baumrind (1967, 1971) enfocou sua pesquisa nos estilos parentais, compostos basicamente por três padrões de criação de filhos: o estilo parental autoritário, o permissivo e o competente, os quais são detalhados a seguir.

a) Estilo parental autoritário: Padrão caracterizado pelo excesso de regras, as

quais devem ser obedecidas pelas crianças, sem muitas explicações por parte dos pais. Esses pais utilizam freqüentemente as punições, a força e o poder para conseguirem a obediência das crianças e não se mostram sensíveis as suas necessidades.

- b)** Estilo parental permissivo: Os pais que adotam esse padrão raramente fazem exigências aos filhos e não monitoram suas atividades, deixando-os agir livremente e não exercendo nenhuma forma de controle.
- c)** Estilo parental competente: É o estilo adotado por pais que controlam, mas são flexíveis nas suas regras e fazem exigências razoáveis. São também sempre cuidadosos ao explicar as suas razões, buscando a compreensão das crianças. Esses pais permitem a participação das crianças nas decisões, exercendo o controle de modo racional e democrático.

Tendo descrito estes três estilos, Baumrind pôde observar que as diferentes formas de criação resultaram em crianças com características distintas.

Os filhos de pais competentes eram mais alegres, autoconfiantes e responsáveis. Em contraste, os filhos de pais autoritários tendiam a ser mal-humorados, muitas vezes perturbados e desagradáveis. Enquanto que os filhos de pais permissivos eram impulsivos e agressivos, tendendo a ser mandões e pouco independentes e realizadores.

Na adolescência, pode ser observado que os filhos de pais competentes apresentavam auto-estima alta, habilidades sociais, forte preocupação moral e boa conquista acadêmica. Os filhos de pais autoritários se apresentavam mais conformados e suas habilidades sociais e competências acadêmicas eram medianas. Entretanto, os filhos de pais permissivos evidenciaram autocontrole pobre e baixa performan-

ce acadêmica. O uso de drogas também mostrou-se mais presente nesses últimos, diferentemente dos filhos de pais competentes que não tinham tendências a problemas de comportamento.

Recentemente foi estudado o estilo parental ausente ou sem envolvimento, que se caracteriza por atitudes de rejeição, de negligência ou de abandono, atitudes demonstradas quando os pais estão tão envolvidos com seus próprios problemas que não têm tempo nem energia para cuidar dos filhos. Os resultados desses estudos demonstraram que esse estilo parental torna os adolescentes hostis, egoístas e rebeldes. Esses adolescentes são mais propensos a cometer atos anti-sociais, tais como o abuso de álcool e drogas, má conduta sexual, vadiagem e comportamentos criminosos (Kurdek e Fine, 1994; Patterson et al., 1992; Weiss e Schwartz, 1996).

- *Para Gomide (2004), as práticas parentais negativas levam ao esenvolvimento de comportamentos anti-sociais, tais como furtar, mentir, gazejar aulas, agredir, pixar muros, usar drogas, etc. Entre elas, pode-se incluir a supervisão estressante ou monitoria negativa; o humor instável ou a punição inconsistente; as regras ou disciplina relaxada; a negligência ; e o abuso físico, psicológico ou sexual.*

A supervisão estressante ou a monitoria negativa é caracterizada pelas repetições de instruções desnecessárias por parte dos pais, sem que os filhos tenham demonstrado os comportamentos a que se referem. São as atitudes de cobrança verificadas principalmente em pais muito ansiosos, pais em conflito conjugal e mães solteiras ou separadas. Essa prática provoca o aumento do comportamento anti-social e da agressividade dos filhos. Esses pais pensam que estão educando mas acabam es-

estimulando que seus filhos passem a enganá-los, na tentativa de se pouparem das cobranças e perseguições.

O humor instável ou a punição inconsistente é demonstrada quando o uso do elogio ou da punição depende mais do estado de espírito dos pais do que do comportamento dos filhos. Essa atitude é observada, em geral, em pais alcoolistas, depressivos ou bipolares. Como consequência, os filhos aprendem a discriminar o humor dos pais e não aprendem a diferenciar seus próprios comportamentos, o que vai levar à perda da autoridade dos pais e ao uso das chantagens emocionais para a obtenção de privilégios.

Quando as regras ou disciplina são relaxadas, os pais tentam estabelecer regras de conduta para os filhos, mas essas não são cumpridas e os pais têm pouca habilidade para alterar a situação, permitindo que suas atitudes disciplinadoras passem a ser desconsideradas pelos filhos. Diante desta situação, os pais deixam de monitorar o comportamento dos filhos, permitindo que haja a instalação da agressividade e o engajamento em grupos desviantes, já que não aprenderam a respeitar as regras e a autoridade.

Com relação ao comportamento negligente, não são observados nem elogios nem punições, sendo caracterizado pela ausência dos cuidadores, que desconhecem completamente as necessidades e sentimentos dos filhos. Esse tipo de pais, geralmente depressivos ou até mesmo totalmente ausentes, são responsáveis pelo aumento do comportamento anti-social dos filhos e também pelo uso de drogas.

Os cuidadores denominados de abusadores são aqueles que se utilizam de espancamentos e surras, ameaças de abandono e episódios de abuso sexual, compor-

tamentos comuns nas famílias estressadas pela vivência de perdas significativas, carências extremas e desestruturação socioeconômica.

Como resultado, tem-se adolescentes com comportamento anti-social e infrator, os quais terão também alta probabilidade de se tornarem adultos abusadores, quando mantidas as condições estressantes de vida.

Em contrapartida, Gomide define as práticas parentais positivas como aquelas que levam ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, tais como colaborar, prestar atenção no outro, ser honesto, respeitar, ter responsabilidade, fazer vínculo etc. Essas práticas estão relacionadas à monitoria positiva e ao comportamento moral.

- *A monitoria positiva ou acompanhamento implica em mostrar-se disponível, interessado e compreensivo diante das necessidades e interesses dos filhos. Significa apoiar as iniciativas e acompanhar os filhos nas suas atividades, de modo que tenham espaço para manifestar suas opiniões e preferências, mesmo quando divergentes das opiniões dos pais.*

Para favorecer o desenvolvimento do comportamento moral, os pais devem expressar suas opiniões para o filhos a respeito das drogas e os comportamentos de risco, sobre a importância da justiça e do trabalho.

Esse tipo de pais revelam coerência entre o que falam e seus próprios atos. Dessa forma, as crianças experienciam os valores e aprendem a valorizar o trabalho e o respeito aos outros. Diante dos erros dos filhos, esses pais procuram ajudá-los a fazer autocrítica e reparar os danos dos comportamento inadequados.

5.4 Violência no Meio Social

A violência no meio social retratada com frequência através de filmes foi estudada por Bandura (1973), que observou os efeitos de filmes violentos para o desenvolvimento de comportamentos agressivos. Os espectadores aprendem a se comportar agressivamente a partir de observações de um modelo que é reforçado pelo seu comportamento agressivo. A maioria dos heróis desses filmes justifica seu comportamento violento por estar em defesa de valores ligados à família, governo, território, etc.

Essa justificativa leva os espectadores, depois de assistir muitas horas de programas violentos, a desconsiderar aqueles comportamentos agressivos como sendo desviantes, passando a aceitá-los como maneira apropriada para resolver problemas reais. Do mesmo modo, é possível identificar as pistas sociais associadas à manifestação de comportamentos hostis, quando indivíduos de um mesmo grupo social aprendem a discriminar uma linguagem não-verbal, que pode sinalizar aceitação ou desagrado. Renfrew (1997) afirmou que ao identificar as pistas de agressividade, como estímulos associados à manifestação de episódios de raiva ou agressão vivenciados anteriormente, um indivíduo pode apresentar comportamentos de esQUIVA.

Além disso, os comportamentos agressivos tendem a ser mantidos se forem bem sucedidos, através do que é chamado de reforçamento intermitente. Por exemplo: quando uma criança pacífica é agredida por um colega e tem a possibilidade de contra-atacar e fugir de outras agressões futuras, o comportamento de contra-atacar é reforçado negativamente (pelo fato de remover a agressão), aumentando assim a probabilidade de comportamentos agressivos futuros; ou quando um criminoso obtém dinheiro, prestígio dentre os colegas “assaltantes”, bens ou até território, o comportamento de assaltar é reforçado positivamente, aumentando assim a probabilidade de crimes futuros.

Também observa-se esse tipo de reforçamento da agressão em diversas situações da vida diária: motoristas presos no trânsito de grandes cidades, ao gritar e buzinar, podem conseguir que o carro da frente lhes dê passagem; ao comprar uma mercadoria, que por descuido da loja ou do fabricante estava com defeito, os consumidores podem “fazer um escândalo” no estabelecimento comercial, humilhando assim o vendedor e conseguir que a mercadoria seja trocada o mais rápido possível.

5.5 Consumo de Drogas

Para Massaki (2006), a vulnerabilidade emocional do adolescente tanto o torna suscetível a influências do meio, quanto lhe dificulta o enfrentamento das transformações vivenciadas. Diante da inexistência de mecanismos adequados para a liberação de angústias, tensões e frustrações, é possível que o adolescente utilize canais compensatórios para buscar alívio para as próprias dificuldades. Nesse caso, a drogadição é um dos mecanismos utilizados, quando, através do uso de substâncias tóxicas, o adolescente encontra uma forma de escapar do enfrentamento das dificuldades.

A esse respeito, Renfrew (1997) resume as informações disponíveis sobre o efeito da drogas na determinação dos comportamentos agressivos, atribuindo à anfetamina e à cocaína a propriedade de aumentar a agressividade e aos esteróides anabólicos, além de aumentar a agressividade, ao aparecimento de episódios psicóticos de mania. O álcool também pode aumentar a agressividade devido ao seu efeito desinibidor, o mesmo podendo ocorrer com os inalantes, embora esses últimos apresentem efeitos mais fortes do que o álcool.

O mesmo não acontece com a maconha e a nicotina, que têm propriedades de reduzir a

agressividade, assim como os sedativos e ansiolíticos, que apresentam propriedades inibidoras quando administrados em baixas dosagens. No caso do LSD, é comprovado que as pequenas doses facilitam a agressividade, enquanto altas doses inibem a agressão.

Quanto ao uso do crack, observa-se que seus primeiros efeitos provocam uma euforia plena que desaparece repentinamente depois de um curto espaço de tempo, sendo seguida por uma grande e profunda depressão.

Por causa da rapidez do efeito, o usuário consome novas doses para voltar a sentir uma nova euforia e sair do estado depressivo. Também provoca, inicialmente, hiperatividade, insônia, perda da sensação de cansaço e irritabilidade, que pode levar ao comportamento violento, além de resultar em prejuízos importantes para a saúde física e mental. De acordo com os levantamentos estatísticos da SECJ (2009), 75% dos adolescentes atendidos pelas unidades de internação do Estado do Paraná eram usuários ou fizeram uso de substâncias psicoativas, sendo que as mais utilizadas foram a maconha, o crack e o tabaco.

5.6 Pobreza

Crescer em comunidades pobres tem sido identificado como um fator de risco para a prática de atos infracionais. Segundo Hawkins, Herrenkohl, Farrington, Brewer, Catalano, Harachi e Cothorn (2000), assaltos e roubos são duas vezes mais prováveis entre adolescentes pobres do que entre adolescentes infratores de classe média. Além disso, 53% dos adolescentes autores de ato infracional nos Estados Unidos estão abaixo da linha da pobreza (KAMRADT, 2000). Nas unidades de internação da SECJ, 58% dos adolescentes atendidos são provenientes de famílias com renda de 0 a 2 salários mínimos, segundo os levantamentos estatísticos realizados em 2009.

- *Vale destacar que a pobreza, apesar de reconhecidamente ser um importante fator estressor, causando danos ao desenvolvimento humano, isoladamente não leva a ocorrência de comportamentos infratores. Os dados de Oliveira e Assis (1999) deixam clara essa relação. As regiões que apresentaram os piores indicadores socioeconômicos do município do Rio de Janeiro não foram as áreas em que se encontraram as maiores taxas de mortes por homicídio. Esse fato confirma a argumentação de que não é apenas a pobreza que explica a ocorrência da violência, mas um conjunto de fatores de risco associados.*

Por outro lado, há que se ressaltar que os delitos são “julgados” - interpretados diferentemente, tanto em função do status social do autor quanto em função valor social da infração. Um adolescente de classe média, que provoca um acidente de trânsito com vítima fatal por cometer uma imprudência no volante, recebe uma leitura diferente daquele que participou de uma briga entre gangues, resultando em morte.

Tanto um quanto outro colocaram-se em risco e foram responsáveis pela morte de pessoas, porém o valor social dos delitos vai diferir. Nesse sentido, o ambiente socioeconômico do adolescente determina o tipo de risco a que ele estará exposto, e a interpretação dada aos seus atos será resultante de um conjunto de variáveis.

5.7 As dificuldades de Aprendizagem e a Exclusão Escolar

A dificuldade de expressão verbal e os problemas de aprendizagem, associados a um baixo nível intelectual podem contribuir para a conduta infracional, pois quando tais dificuldades estão presentes, surgem dificuldades de adaptação escolar e, por sua vez, tais dificuldades podem desencadear uma série de problemas escolares, culminando em comportamentos reativos e anti-sociais.



Meichenbaum (2001) afirma que os adolescentes com baixo nível intelectual têm maior probabilidade de praticar crimes mais violentos do que jovens com maior escolaridade; e, também, é três vezes mais provável que se firam em brigas e precisem de intervenção médica, pois acredita-se que um nível intelectual alto atua como fator de proteção, auxiliando jovens de alto risco a não se engajar em atividades delituosas.

Para Straus (1994), os adolescentes em conflito com a lei caracterizam-se, segundo os estudos de interação social, como pessoas com sérias deficiências em habilidades sociais e em resolução de problemas, bem como pessoas que sofrem de sentimento de inferioridade, mantendo-se fiéis a padrões de comportamento bastante divergentes dos adotados pelos cidadãos que respeitam a lei.

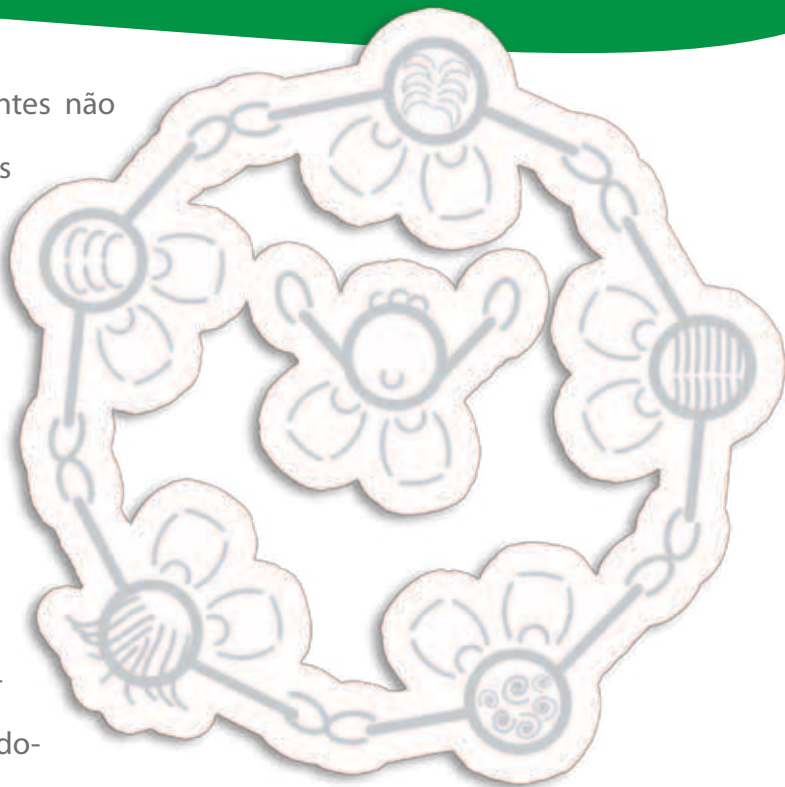
No Brasil, a situação de baixa escolaridade do adolescente em conflito com a lei repete os dados da América do Norte: quase a totalidade dos adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa abandonou os estudos muito cedo, segundo Pereira e Mestriner (1999). Para tais autoras, a evasão escolar deve-se à ineficácia dos métodos educacionais em sua totalidade, e também à discriminação e tratamento preconceituoso por parte dos colegas e professores da escola. Por serem taxados de alunos problemáticos, colegas agressivos e outros estereótipos estigmatizantes, tais adolescentes evadem-se das escolas e preferem assumir a “identidade do bandido”. (PEREIRA; MESTRINER, 1999). Ao assumir o estigma do bandido,

esses adolescentes acabam por responder às expectativas projetadas sobre eles. As informações estatísticas da SECJ comprovam que a situação da baixa escolaridade é verificada entre os adolescentes em conflito com a Lei do Estado do Paraná, significando que 76,3% dos adolescentes atendidos nos programas de internação provisória e 68,6% dos adolescentes dos programas de internação abandonaram a escola antes de terminar o Ensino Fundamental.

A preocupação com a exclusão escolar também é compartilhada por Massaki (2006), ao afirmar que em outros tempos, instituições como a escola contribuíram para a formação sócio-moral dos indivíduos, atuando no sentido do controle social, mas, atualmente, a escola passa por transformações e não consegue mais cumprir essa função com a mesma eficiência. Conforme Massaki tem verificado no atendimento a adolescentes que cumprem a medida de semiliberdade, a escola fracassa na inclusão de adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, pois parece não conseguir acompanhar as mudanças e adequar-se às exigências da era pós-moderna, tendo dificuldade de implementar um sistema de ensino que leve à inclusão dos adolescentes. Desinteressados e desmotivados, esses adolescentes passam a ter um mau desempenho escolar, o que, num círculo vicioso, aumenta os sentimentos de discriminação e rejeição, acabando por provocar a manifestação de comportamentos agressivos e rebeldes. Como consequência, verifica-se que esses adolescentes abandonam a escola, sentindo-se rejeitados, passam a buscar a companhia de pares desviantes com o mesmo histórico.

Gallo e Williams (2004a; 2004b) também apresentaram dados que corroboram com a baixa escolaridade dos adolescentes em conflito com a lei. Em um levantamento do perfil do adolescente em conflito com a lei em uma cidade do interior de

São Paulo, 60,2% dos adolescentes não freqüentavam a escola; outros 61,8% tinham cursado da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental e 27,6% tinham cursado até a 4ª série do Ensino Fundamental. Segundo o relato desses jovens, cuja média de idade foi de 15,9 anos, os motivos que os levaram a abandonar as aulas foram desinteresse (43,2%), abandono (13,5%), conflitos com outros alunos e/ou professores (13,5%), fracasso escolar (5,4%) e suspensão das aulas (1,3%).



Se for considerado que essas categorias poderiam ser agrupadas em um mesmo conjunto, pois estão relacionadas com as dificuldades que as escolas têm para lidar com esses alunos, tem-se 76,9% dos adolescentes.

Conforme comprovado pelas estatísticas, o aluno agressivo que não se enquadra nas normas vigentes acaba sendo expulso ou convidado a se retirar. Por essa razão, Meneghel, Giugliani e Falceto (1998) defendem que caracterizar o comportamento de um adolescente como sendo agressivo na escola não deixa de ser uma forma de violência em si, um estigma, que discrimina no mesmo rótulo da marginalização. Por outro lado, há que se constatar que o aluno agressivo apresenta desafios consideráveis aos professores, e seria injusto culpá-los pelo fracasso de tal aluno se não há suporte no sistema educacional, tanto para o aluno quanto para a capacitação de educadores.

Considerando a prática de violência nas escolas e a busca por soluções, Camacho (2001) realizou um estudo que procurou analisar a vida escolar de adolescentes de classe média, incidindo sobre a prática de violência em duas escolas da cidade de Vitória - ES, sendo uma pública e outra privada.

A autora observou que as duas escolas deram mais importância aos conteúdos acadêmicos a ser ensinados do que na Educação como um todo, constatando a ausência de uma abrangência mais ampla da socialização.

Como consequência, essas escolas não funcionaram como transmissoras dos valores sociais, terminando por permitir que idéias de discriminação e preconceito invadissem e se estabelecessem no espaço escolar.

Portanto, entende-se que são necessárias algumas atitudes reformuladoras de paradigmas, tais como a compreensão da escola como um espaço responsável pela educação integral, que engloba valores sociais, conduta moral, ética e cidadania; a preparação do corpo docente para abordagem do tema na teoria e na prática; a inclusão da família no processo educativo; e a adoção de práticas coercitivas de redução do comportamento violento ou ameaçador.

5.8 Fatores de Proteção

Apesar de os fatores de risco contribuírem na determinação de comportamentos agressivos, a literatura sobre resiliência (RUTTER, 1979; WERNER, 1998) informa que, mesmo na presença de vários dos fatores de risco aqui apresentados, muitas crianças e adolescentes se desenvolvem sem apresentar comportamentos anti-sociais, sendo

adaptados a lidar com os estressores ambientais e familiares.

Nesses casos, observa-se a influência de fatores de proteção, responsáveis pela redução do impacto de risco e das reações negativas em cadeia. Assim, características individuais como a auto-estima e auto-eficiência podem contribuir para o enfrentamento de situações críticas, representando uma oportunidade para o fortalecimento e crescimento pessoal.

Os fatores de proteção mais importantes mencionados na literatura são as características de personalidade, coesão familiar e sistemas externos de apoio (MASTEN; GARMETZKY, 1985). Dessa forma, a resiliência social pode ser desenvolvida pela promoção de relações de amizades, participação em grupos de trabalho e esportivos e desenvolvimento do senso de pertinência ao grupo, oportunidades que podem ser proporcionados pelas redes de apoio social externo à família, como grupos religiosos, sociais, comunitários, entre outros (WERNER, 1989, WERNER; SMITH, 1992).

No estudo de Gallo e Williams (2004a; 2004b), a escola foi identificada como um fator de proteção para a não instalação de comportamentos anti-sociais. O fato de frequentar a escola foi suficiente para reduzir à metade o número de usuários de armas de fogo e a severidade da infração, assim como o número de usuários de drogas.

Possivelmente, para cada fator de risco pode ser identificado um fator de proteção em seu reverso. Crescer em um ambiente livre de violência intrafamiliar, com uma educação apoiada em supervisão, diálogo, afeto e limites é um grande antídoto à criminalidade.

5.9 Algumas Considerações Finais

Como foi dito inicialmente, os fatores de risco aqui apresentados, de modo isolado, dificilmente levariam um adolescente a praticar atos infracionais. Entretanto, quando as condições sócio-culturais associam-se às condições pessoais, os resultados negativos poderão ser intensificados: viver em condições de pobreza, pertencendo a uma família desestruturada, com um pai ausente e uma mãe sem autoridade, em uma comunidade sem lazer, com escolas precárias e sem perspectivas de trabalho, poderá levar um adolescente a associar-se a grupos com comportamento anti-social.

Por outro lado, o uso de substâncias psicoativas poderá conduzi-lo a uma situação risco e à prática de atos infracionais. É comum deparar com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nas unidades da SECJ, que apresentam em seus relatos muitos desses elos presentes nos estudos de caso elaborados pelas equipes técnicas dos programas de internação provisória.

Como consequência desse histórico de vida, tem-se adolescentes com características marcantes, resultantes das condições adversas vivenciadas, mas também vê-se manifestações de comportamentos comuns à fase de desenvolvimento em que se encontram, isso porque, acima de tudo, está-se diante de um indivíduo vivendo as crises próprias da adolescência, cada qual ao seu modo, dentro de seus limites e oportunidades.

6] Características dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa

Para Costa (2001), os educadores, em geral, procuram descrever esses adolescentes como pertencentes a um grupo especial, caracterizado pela presença de dificuldades pessoais e sociais, tais como a instabilidade emocional, as limitações cognitivas, as dificuldades para estabelecer relacionamentos significativos, a baixa tolerância às frustrações, o imediatismo, a dificuldade para canalizar a agressividade em termos construtivos, o temor de confrontar-se com a própria realidade pessoal e social, a rejeição às tarefas de organização e planejamento de vida, os baixos níveis de auto-estima, autoconfiança e autoconceito, a desconfiança dos adultos, a aceitação das leis do mais forte e do mais esperto, a crença exacerbada no destino e na sorte de cada um, assim como um sentido muito fatalista diante da vida.

- *Embora as características descritas não possam ser desconsideradas, Costa (2001) pondera que o mais importante não é saber o que os adolescentes desconhecem ou das habilidades que não possuem: para ajudá-los, é preciso direcionar o trabalho para suas capacidades manifestas e potenciais. Nesse contexto, pode-se dizer que os adolescentes são sujeitos, isto é, agentes do processo de mudança, pois, para Costa (2001), o papel do educador é o de criar espaços, organizar meios e produzir acontecimentos que façam a educação acontecer. Assim, os educandos se tornam parcei-*

ros, interlocutores ativos e críticos dos agentes responsáveis pelo processo de socioeducação.

Ainda, segundo Costa (2000), o adolescente deve ser considerado o protagonista da sua própria história, deve passar de problema para a solução, o que implica em percebê-lo como fonte de iniciativa, de liberdade e de compromisso diante de seus atos e, também, em contar com sua participação em todas as etapas de resolução dos problemas, desde a análise da situação até a apropriação dos resultados.

Nessa perspectiva, serão descritas, em seguida, algumas atitudes e condutas observadas nos adolescentes que se encontram nas unidades de execução das medidas socioeducativas ou nos programas de internação provisória, sob a ótica dos socioeducadores, servidores das unidades, que mantêm contato sistemático com os adolescentes. Com esse relato, objetiva-se ampliar a compreensão desses adolescentes, de forma que seja possível contribuir para o fortalecimento de suas posições enquanto protagonistas da sua história de vida.

As situações levantadas revelam, sobretudo, que os aspectos sociais e psicológicos da adolescência detalhados anteriormente estão também presentes na caracterização dos adolescentes das unidades socioeducativas.

Portanto, o que se pretende demonstrar, basicamente, é que esses adolescentes se comportam e se expressam como se espera que o façam durante este período de suas vidas e que o entendimento de tal fato deve auxiliar os socioeducadores na constituição de um relacionamento positivo com eles.

Para iniciar esse relato, é fundamental citar a importância da valorização e aceitação pelo grupo, o que é facilmente detectado no dia a dia das unidades. Quando são propostas atividades novas nas oficinas ou atividades esportivas, o medo de errar e ser alvo de chacotas por parte do grupo leva muitos adolescentes a resistirem a experiências diferentes. Por isso, o socioeducador deve evitar esse tipo de exposição e procurar ver além das aparências, pois muitas vezes a agressividade e a atitude negativa formam uma couraça de proteção que precisa ser rompida com cuidado, valorizando-se e respeitando-se as diferenças entre os indivíduos.

- *Outra forma de expressar a necessidade de aceitação é demonstrada quando os adolescentes contam vantagens sobre seus feitos, querendo parecer muito corajosos e capazes de atos violentos, que lhes conferem importância e poder diante do grupo. Eles podem, inclusive, passar a utilizar a chamada “língua de bandido” ou a “língua da cadeia”, as quais atribuem significados diferentes do usual às palavras, servindo para garantir proteção pelo fato de não ser compreendida pelos que não fazem parte dessa “comunidade”. Essa forma de comunicação deve ser reconhecida como a maneira utilizada por esse grupo para se diferenciar e se fortalecer, mas que poderá distanciá-lo de outros grupos, dificultando as relações sociais saudáveis e positivas.*

A indiferença e a rebeldia, traços comuns da adolescência, ocorrem também nas unidades de privação de liberdade, onde é observado que os adolescentes utilizam frequentemente a expressão “não dá nada”. Esse comentário poderá aparecer em diversas situações: diante da determinação judicial de cumprimento da medida socioeducativa; da perda de conquistas por mau-comportamento; ou quando do recebimento de uma medida disciplinar; quando a mãe não compa-

rece à visita; ou diante da negativa judicial quanto ao desligamento. Com essa atitude, os meninos podem estar tentando transmitir diversos tipos de mensagens: “não serei atingido por nada”; “não me importa o que fazem ou deixam de fazer”; “as coisas não têm nenhum efeito sobre mim”; “não aceito essas regras”. Em outras palavras, o comentário “não dá nada” pode representar recusa, negação, medo, indisposição e indiferença, mas, acima de tudo, mostra a resistência ao processo socioeducativo.

Nessas situações, é importante ter em mente que a desesperança e a falta de confiança impedem que o processo educativo aconteça. Por isso, o socioeducador não deve se deixar levar pela expressão de pouco caso dos adolescentes, mas manter, sempre, uma atitude positiva e confiante no seu potencial. É preciso acreditar na capacidade do adolescente resistir às adversidades e superar suas dificuldades, para favorecer o desabrochar.

A confiança é necessária, mas a ingenuidade e o romantismo podem atrapalhar. O socioeducador precisa confiar com atenção, isto é, manter um olhar atento e cuidadoso, observando cada movimento, cada passo, cada conquista e cada sinal emitido pelo adolescente e pelo grupo.

Deve-se desconfiar dos discursos fáceis, das mudanças repentinas e da adesão gratuita, que podem significar a manifestação de um jogo manipulativo para cumprir as expectativas dos socioeducadores, condicionadas à conquista da liberdade. Diante de uma análise mais cuidadosa, poderá ser percebido que as mudanças demonstradas não são significativas ou não são autênticas, exigindo que a verdade seja confrontada.

Outro fato a considerar é que a vivência de situações de perda e abandono pode levar o adolescente a assumir uma atitude fria e distante nas relações com os socioeducadores. Essa impessoalidade e desconfiança será rompida com o tratamento amistoso do socioeducador e através da sua manifestação continuada de confiança na capacidade de transformação do ser humano, e, ainda, cumprindo os compromissos assumidos para recuperar a credibilidade perdida. Quando o socioeducador consegue romper o distanciamento e estabelecer uma relação afetiva e educativa com o adolescente, esse poderá demonstrar reciprocidade e reconhecimento, conquistas essenciais para o seu crescimento.

O vínculo estabelecido permite que o socioeducador seja reconhecido como modelo de comportamento, referência para a formação de valores e estruturação dos pensamentos dos adolescentes. Essa posição favorece a transmissão das orientações necessárias quanto aos cuidados com a higiene, a valorização da saúde, imagem pessoal, temas essenciais para recuperação da auto-estima e autoconfiança do adolescente.

Ao orientar o adolescente, o socioeducador deverá demonstrar respeito por suas escolhas individuais, sem deixar de transmitir as informações e de dar bons exemplos, para que ele possa fazer escolhas melhores. Como exemplo, pode ser citada a dificuldade dos adolescentes de participar das tarefas de limpeza da unidade e mesmo dos seus próprios alojamentos.

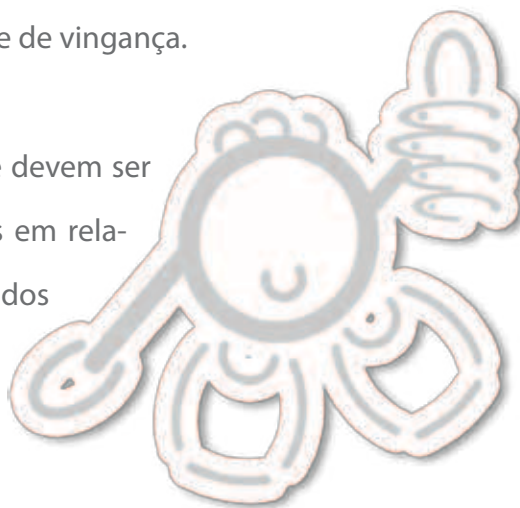
Por outro lado, eles podem ter necessidade de individualizar e demarcar seus espaços pessoais, buscando recriar o ambiente da sua casa, quando decoram as paredes de seus alojamentos com objetos, fotos, desenhos e dizeres, que

expressam sua individualidade, seus sentimentos, idéias, sonhos e expectativas. Nessas situações, o diálogo e a negociação dentro dos limites impostos pelas normas da unidade deverão ser adotados, aproveitando-se a oportunidade para transmitir valores como o respeito aos bens comuns, à igualdade e à pluralidade.

A valorização da afetividade e a formação de vínculos são fundamentais no processo socioeducativo, sendo importante que o socioeducador estimule as demonstrações de afeto dos adolescentes, principalmente quando dirigidas a sua família. Observa-se que para a maioria dos adolescentes das unidades socioeducativas pode ser difícil contar experiências e fatos do seu passado. Parece que apagaram a infância da memória e suas referências são mais relacionadas ao momento presente. Em geral, eles têm na figura materna a referência familiar mais importante, enquanto a figura paterna parece ser pouco significativa para eles.

Quando em privação de liberdade, esses meninos solicitam insistentemente a visita das mães, mesmo que o vínculo seja frágil ou que tenham sido negligenciados ou abusados. Nessas visitas, observa-se que as mães são sempre respeitadas e preservadas de qualquer crítica. Dificilmente os adolescentes fazem queixas das atitudes maternas e é terminantemente proibido ofender as mães dos outros: isso seria um deslize grave que pode gerar alguma atitude de vingança.

Os sentimentos positivos em relação à mãe devem ser valorizados, como também os sentimentos em relação a namoradas e namorados, demonstrados pela troca freqüente de cartas entre eles. As cartas românticas se tornam uma forma de



comunicação importante na privação de liberdade, já que os parceiros nem sempre comparecem nas visitas. Assim, através das cartas, os adolescentes descrevem seus relacionamentos de forma carinhosa e afetuosa, sendo provavelmente incluída nessa descrição uma certa dose de fantasia em razão do distanciamento vivenciado.

Quando o assunto se volta para a sexualidade, certo constrangimento será notado, mas aos poucos os adolescentes vão ficando mais a vontade para relatar suas experiências. Geralmente não possuem conhecimentos sobre a biologia, partes do corpo, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis. Não tomam cuidado para evitar a Aids, acreditando que não correm riscos, como muitos adolescentes.

Esses temas serão certamente abordados, seguindo a programação pedagógica ofertada pela unidade. Nessas situações, é importante que o socioeducador se mostre disponível para discutir os assuntos, sem estigmas ou preconceitos.

Embora nas relações entre socioeducadores e adolescentes possa surgir um maior ou menor grau de simpatia, é preciso que se tenha o cuidado de não fazer diferenças na forma de tratamento e na atenção dada aos adolescentes. E, mais ainda, orienta-se que não sejam feitas concessões quanto ao cumprimento das normas da unidade e que não sejam concedidos privilégios para certos meninos ou meninas. Situações como essas criam um clima de insatisfação no grupo, gerando conflitos que podem comprometer a segurança da unidade.

Diante do panorama exposto, o socioeducador, que estiver consciente da importância que representa no processo de transformação e crescimento do adolescente, poderá ser de grande valia e contribuir significativamente para seu amadurecimen-

to. Serão pequenas conquistas que se acumularão, recompensando o esforço do trabalho conjunto, entre socioeducadores e adolescentes.

Nesse item, procurou-se introduzir os socioeducadores no mundo dos adolescentes que estão nas unidades socioeducativas. Definiram-se alguns traços desses jovens que retratam essa fase peculiar do desenvolvimento – a adolescência, procurando-se situá-la num contexto sóciofamiliar marcado pela presença de fatores de risco que os conduziram para caminhos delituosos.

Sob influência dessas duas forças – a fase de desenvolvimento e a história de vida – tem-se como produto um sujeito com capacidades e habilidades que precisam ser conhecidas, tanto por ele mesmo como pelos socioeducadores, que assumiram a tarefa de educá-lo. Para tanto, toma-se como referência o conceito de educação de Antonio Carlos Gomes da Costa: “educar é criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda, ele próprio, a construção de seu ser em termos individuais e sociais”.

Na realização da ação educativa serão enfrentados muitos desafios, começando por mostrar aos jovens o sentido e valor de suas vidas. Ao se estabelecer, junto com eles, metas promissoras para o futuro, buscam-se motivos para que prezem por suas vidas. Será valorizado o desenvolvimento de sentimentos positivos em relação a si próprio e aos outros, pautando-se na formação de valores como a solidariedade e o respeito às diversidades. Com isso, pretende-se que esses jovens desenvolvam a consciência crítica em relação ao contexto social, econômico, político e cultural em que estão inseridos, para que, enquanto protagonistas de suas histórias, possam exercitar a cidadania e a construção gradativa de sua autonomia.

ANEXO

São apresentadas no quadro abaixo as informações colhidas nos relatórios estatísticos mensais preenchidos pelas unidades da SECJ e consolidadas pelo Núcleo de Planejamento com referência ao ano de 2005.

FATOR	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	INTERNAÇÃO
Sexo	90 % masculino - 10 % Feminino	93 % masculino - 3 % Feminino
Idade	34 % com 17 anos 27,6 % com 16 anos	39% com 17 anos 24% com 16 anos
Situação familiar e domiciliar	47 % mora com 1 dos pais 29,6 % mora com ambos os pais	43 % mora com 1 dos pais 35 % mora com ambos os pais
Situação escolar	60,8 % abandonou o 1º grau 22,6 % cursando o 1º grau	40 % abandonou o 1º grau 11º cursando o 1º grau
Situação ocupacional	53,2 % não trabalhava 21 % nunca trabalhou	34 % não trabalhava 46 % nunca trabalhou
Vínculo empregatício	74,6 % não registrado	44 % não registrado 48 % não informado
Passagem	58 % primários - 42 % reincidentes	77 % primários - 23 % reincidentes
Delitos mais freqüentes	35% roubo - 13% crime com entorpecente - 12% furto	38 % roubo - 16% homicídio - 9 % crime com entorpecente
Uso de substâncias	63,8 % usuários ou já usaram 31,2 % nunca usou	82 % usuários ou já usaram 12 % nunca usou
Tipos de substâncias	41 % maconha - 22 % Crack - 15 % álcool	42 % maconha - 16 % crack - 18 % álcool
Município de residência	28 % Curitiba - 19 % Londrina 10 % Cascavel - 10 % Foz do Iguaçu	18 % Foz do Iguaçu - 11 % Londrina 11 % Cascavel - 8 % Curitiba
Nº de novas entradas	2238 adolescentes	496 adolescentes

São apresentadas no quadro abaixo as informações colhidas nos relatórios estatísticos mensais preenchidos pelas unidades da SECJ e consolidadas pela Coordenação de Socioeducação com referência ao ano de 2009.

FATOR		INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	INTERNAÇÃO
Nº de novas entradas		793	2820
Sexo	Masculino	92,04%	92,02%
	Feminino	7,96%	7,98%
Idade	16 anos	22,78%	30,44%
	17 anos	34,80%	21,17%
Situação Familiar e Domiciliar	Somente mãe	27,31%	28,84%
	Pais biológicos	22,24%	23,41%
Escolaridade	Abandonou o Ens. Fund.	76,33%	68,61%
	Cursando o Ens. Fund.	22,13%	29,80%
Situação Ocupacional	Não estava trabalhando	50,21%	61,23%
	Nunca trabalhou	18,31%	16,00%
Vínculo Empregatício	Trabalhava sem registro	27,18%	17,70%
	Trabalhava com registro	2,72%	2,52%
Passagens	Primeira passagem	78,12%	91,63%
	Reincidência	21,88%	8,37%
Atos infracionais mais frequentes	Roubo	36,12%	39,32%
	Tráfico de drogas	10,77%	23,28%
	Homicídio	13,35%	5,36%
	Furto	7,28%	4,83%
Uso de substâncias	Usuários ou já usaram	88,52%	75,07%
	Nunca usou	11,48%	24,93%
Tipos de substâncias	Maconha	50,58%	50,39%
	Crack	16,22%	12,08%
	Tabaco	22,59%	15,44%
Município de Residência	Londrina	15,76%	19,08%
	Curitiba	10,84%	14,54%
	Cascavel	6,43%	7,80%
	Foz do Iguaçu	6,05%	16,63%

Referências

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – Aventura Pedagógica: Caminhos e Descaminhos de uma Ação Educativa – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática – Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

GOMIDE, Paula Inez Cunha – Inventário de Estilos Parentais – Petrópolis: Vozes, 2006.

MASSAKI, Carina M. P. - Limites e Possibilidades da Medida Sócio-Educativa de Semiliberdade – Monografia do curso de pós-graduação da Faculdade Padre João Bagozzi, 2006.

Prefeitura Municipal de Curitiba – Protocolo de atenção à saúde do adolescente – Curitiba, 2002.

Rev. Psicologia v.7/n.1 07/20/05 – Psicologia: Teoria e Prática – Fatores de Risco para a Conduta Infracional – Alex Eduardo Gallo e Lucia Cavalcanti de Albuquerque Williams

SHAFFER, David R. - Psicologia do Desenvolvimento – Thompson Learning, 2005.

[illegible]



Governo do Paraná



CEDCA